

Vigor Alimentos S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Cotistas e Administradores da
Vigor Alimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vigor Alimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vigor Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021. O desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC). O desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Daniel Corrêa de Sá
Contador
CRC nº 1 SP 248616/O-4

VIGOR

Vigor Alimentos S.A.
Demonstrações Financeiras Anuais
31 de Dezembro de 2021

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020.
(Em milhares de reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	204.495	499.464	205.475	500.098
Contas a receber de clientes	5	302.060	421.521	284.945	428.086
Instrumentos financeiros derivativos	26	2.468	81.419	4.802	82.571
Estoques	6	29.276	19.063	386.883	341.350
Impostos a recuperar	7	77.041	68.813	136.051	144.008
Despesas antecipadas		8.318	8.392	8.583	10.125
Partes relacionadas	8	79.814	14.221	-	149
Outros ativos circulantes		20.489	23.370	42.876	64.830
TOTAL DO CIRCULANTE		723.961	1.136.263	1.069.615	1.571.217
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Depósitos, cauções e outros		9.725	22.990	15.482	27.735
Ativos de indenização	18	399.672	508.232	402.760	511.255
Instrumentos financeiros derivativos	26	17.235	-	17.235	1.351
Impostos a recuperar	7	120.267	149.289	451.990	346.829
Impostos sobre o lucro diferidos	19b	104.094	-	211.804	56.254
Outros ativos não circulantes		124	3.974	153	3.992
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		651.117	684.485	1.099.424	947.416
Investimento em controlada	9	338.666	478.964	-	-
Imobilizado	10	436.036	491.628	634.538	679.040
Direitos de uso sobre ativos	11	37.212	39.666	113.076	95.384
Intangível	12	2.628.301	3.685.445	2.899.420	3.957.540
		3.440.215	4.695.703	3.647.034	4.731.964
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.091.332	5.380.188	4.746.458	5.679.380
TOTAL DO ATIVO		4.815.293	6.516.451	5.816.073	7.250.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020.
(Em milhares de reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	3.861	361.099	31.642	578.690
Debêntures	15	79.947	38.961	79.947	38.961
Arrendamentos a pagar	16	14.977	17.379	50.554	38.258
Fornecedores	13a	27.139	330.862	334.585	385.322
Fornecedores risco sacado	13b	16.522	18.025	260.608	337.716
Instrumentos financeiros derivativos	26	1.934	2.265	3.461	2.571
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	17	49.856	61.069	75.687	88.116
Dividendos declarados		1	1	1	1
Partes relacionadas	8	192	133	1.514	2.554
Outros passivos circulantes		19.636	34.319	33.868	39.096
TOTAL DO CIRCULANTE		214.065	864.113	871.867	1.511.285
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	260.393	3.004	556.893	40.355
Debêntures	15	75.752	151.421	75.752	151.421
Arrendamentos a pagar	16	24.061	23.995	63.118	63.884
Instrumentos financeiros derivativos	26	7.657	-	8.158	-
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	17	54.208	78.932	54.830	79.349
Impostos sobre o lucro diferidos	19b	-	247.163	-	252.107
Provisão para riscos	18	408.179	514.463	414.477	518.837
Outros passivos não circulantes		237	216	237	215
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		830.487	1.019.194	1.173.465	1.106.168
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	20	3.957.934	3.957.934	3.957.934	3.957.934
Reserva de capital	20	210.615	210.615	210.615	210.615
Reserva de lucros	20	85.105	464.595	85.105	464.595
Prejuízos acumulados	20	(482.913)	-	(482.913)	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.770.741	4.633.144	3.770.741	4.633.144
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.815.293	6.516.451	5.816.073	7.250.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

	NE	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	2.600.987	2.595.887	2.674.544	2.823.407
Custo dos produtos vendidos	24	(2.283.941)	(2.173.097)	(2.218.156)	(2.151.493)
LUCRO BRUTO		317.046	422.790	456.388	671.914
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS					
Administrativas e gerais	24	(106.255)	(117.045)	(156.536)	(164.673)
Com vendas	24	(209.427)	(224.818)	(459.107)	(479.623)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(140.298)	(36.364)	-	-
Redução ao valor recuperável de ativos	12.1	(1.053.661)	-	(1.053.661)	-
Outras (despesas) receitas	24	(6.000)	18.472	(14.920)	18.440
		(1.515.641)	(359.755)	(1.684.224)	(625.856)
RESULTADO OPERACIONAL		(1.198.595)	63.035	(1.227.836)	46.058
Resultado financeiro líquido	23	(15.066)	(11.138)	(42.223)	(20.939)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(1.213.661)	51.897	(1.270.059)	25.119
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	351.258	(30.305)	407.656	(3.527)
		351.258	(30.305)	407.656	(3.527)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(862.403)	21.592	(862.403)	21.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vigor Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(862.403)	21.592	(862.403)	21.592
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	(862.403)	21.592	(862.403)	21.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vigor Alimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucro								Total	
	Capital social	Reserva de capital	Legal	Para contingencias	Incentivos fiscais	Lucros a realizar	Para expansão	Prejuizos acumulados		Lucros (Prejuizo) do exercício
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	3.957.934	210.615	31.089	-	312.536	85.105	14.273	-	-	4.611.552
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	21.592	21.592
Constituição de reserva legal	-	-	1.080	-	-	-	-	-	(1.080)	-
Constituição reserva para incentivos fiscais reflexa de subsidiarias	-	-	-	-	18.682	-	-	-	(18.682)	-
Constituição reserva para contingências	-	-	-	1.830	-	-	-	-	(1.830)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	3.957.934	210.615	32.169	1.830	331.218	85.105	14.273	-	-	4.633.144
Prejuizo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(862.403)	(862.403)
Reversão reserva legal	-	-	(32.169)	-	-	-	-	-	32.169	-
Reversão reserva para contingencias	-	-	-	(1.830)	-	-	-	-	1.830	-
Reversão reserva para incentivos fiscais	-	-	-	-	(331.218)	-	-	-	331.218	-
Reversão reserva para expansão	-	-	-	-	-	-	(14.273)	-	14.273	-
Transferencia para prejuizos acumulados	-	-	-	-	-	-	-	(482.913)	482.913	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	3.957.934	210.615	-	-	-	85.105	-	(482.913)	-	3.770.741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Vigor Alimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e dezembro 2020.

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos impostos	(1.213.661)	51.897	(1.270.059)	25.119
Resultado antes dos impostos da operações	(1.213.661)	51.897	(1.270.059)	25.119
Depreciação e amortização (Nota explicativa n° 24)	71.192	63.551	120.819	105.262
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (Nota explicativa n°24)	579	(609)	575	(614)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota explicativa n° 9)	140.298	36.364	-	-
Resultado na baixa de ativos	14.314	6.357	17.927	8.128
Baixa de marcas	-	5.648	-	5.648
Resultado financeiro líquido (Nota explicativa n° 23)	15.066	11.138	42.223	20.939
Provisões	(2.561)	10.349	(767)	10.738
Resultado na alienação de investimentos	(1.523)	-	(1.523)	-
Perda (ganho) com combinação de negócios	1.225	-	1.225	-
Redução ao valor recuperável ativos	1.053.661	-	1.053.661	-
	78.590	184.695	(35.919)	175.220
Varição em:				
Contas a receber	119.586	(74.891)	143.318	(59.346)
Estoques	(10.213)	(572)	(45.534)	(80.355)
Impostos a recuperar	20.727	12.903	(97.021)	(15.406)
Outros ativos circulantes e não circulantes	19.410	3.359	39.326	(8.330)
Partes relacionadas ativas	(65.593)	(4.344)	149	160
Fornecedores	(306.008)	216.508	(132.598)	246.399
Partes relacionadas passivas	59	(492)	(1.054)	2.426
Outros passivos circulantes e não circulantes	(52.819)	(47.629)	(44.384)	(45.285)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(196.261)	289.537	(173.717)	215.483
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado (Notas explicativas n° 10 e 27)	(1.616)	(2.237)	(29.369)	(53.489)
Alienação de ativo imobilizado	5.065	4.431	5.065	4.595
Adições de ativo intangível (Notas explicativas n° 12 e 27)	(6.219)	(7.297)	(6.222)	(7.402)
Alienação de investimentos em subsidiárias (recebimentos e devoluções)	1.523	-	1.523	-
Juros recebidos	15.721	7.871	17.514	8.838
Contraprestação transferida para aquisição de subsidiárias	(1.225)	(27.251)	(1.225)	(27.251)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	13.249	(24.483)	(12.714)	(74.709)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados, líquidos das despesas de captação (Nota explicativa n° 14 e 27)	250.000	78.750	450.000	263.750
Amortização de empréstimos e financiamentos (Nota explicativa n° 14)	(347.919)	(2.241)	(473.697)	(36.367)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos (Nota explicativa n° 14)	(4.249)	(2.402)	(31.019)	(7.375)
Pagamentos de arrendamentos (Nota explicativa n° 16)	(18.534)	(14.003)	(47.213)	(37.886)
Juros pagos sobre arrendamentos (Nota explicativa n° 16)	(1.832)	(2.209)	(15.401)	(6.014)
Amortização de debêntures (Nota explicativa n° 15)	(38.000)	-	(38.000)	-
Juros pago sobre debêntures (Nota explicativa n° 15)	(6.697)	(7.867)	(6.697)	(7.867)
Pagamentos de derivativos	-	(4.542)	-	(4.542)
Juros pagos sobre derivativos	(8.258)	(2.196)	(9.596)	(2.196)
Recebimentos de derivativos	60.347	-	60.347	3.754
Juros recebidos sobre derivativos	5.103	-	5.103	1.822
Pagamentos taxas e outros	(1.918)	-	(2.019)	-
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos	(111.957)	43.290	(108.192)	167.079
Varição no exercício	(294.969)	308.344	(294.623)	307.853
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	499.464	191.120	500.098	192.245
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	204.495	499.464	205.475	500.098

Informações suplementares ao fluxo de caixa estão demonstradas da Nota 27.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Vigor Alimentos S.A. ("Vigor" ou "Companhia") é uma sociedade por ações regida por Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, tendo como objeto social: (a) distribuição e comércio varejista e atacadista, importação, exportação, comissão, consignação e representação do leite e seus derivados; (b) distribuição e comércio varejista e atacadista, importação, exportação, comissão, consignação e representação de produtos alimentícios de qualquer gênero; (c) distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação de produtos agropecuários, máquinas, equipamentos, peças e insumos necessários à venda de produtos da Companhia; (d) distribuição, comércio, importação, exportação, comissão, consignação e representação e (e) a participação em sociedades no Brasil ou no exterior, como sócia ou acionista (holdings). A sede da Companhia é localizada na Rua Joaquim Carlos, 396, Brás, São Paulo, Brasil.

Fundada em 1917, a preocupação em atender aos anseios e às necessidades de seus consumidores em todos os níveis e a rigorosa atenção à qualidade de todos os seus produtos, do processamento a exposição no ponto de venda, são virtudes que fizeram da Vigor uma referência no setor alimentício brasileiro e contribuem para sua constante evolução, colocando-a frequentemente à frente de seu tempo.

Em sua estrutura operacional, existe a subsidiária Dan Vigor Indústria e Comércio de Laticínios Ltda. ("Dan Vigor") que é responsável pela fabricação de todos os produtos comercializados pela Companhia. O modelo operacional adotado visa proporcionar que as empresas se dediquem a operações distintas, mas complementares, indústria e distribuição, buscando uma melhor especialização na gestão individual em cada entidade e na definição de estratégias de forma consolidada. As operações comerciais entre ambas seguem preceitos de autonomia e são baseados em preços firmados entre as partes, uma vez que tem bases de tributações independentes.

Em função dos volumes operacionais significativos entre Vigor e Dan Vigor, das sinergias capturadas e objetivos complementares, o contexto econômico de ambas deve ser entendido na leitura das demonstrações financeiras e notas explicativas consolidadas.

A Companhia é controlada pelo Grupo Lala, que tem sede no México, e tem seu exercício social com encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

Pandemia Covid-19

Desde o início da pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, sabendo da grande importância que as empresas do ramo de alimentos possuem durante este período, a Companhia, com o objetivo de manter o abastecimento dos canais de distribuição ao consumidor, mantém todas as suas operações em plena atividade.

Para que isso se tornasse possível, a Companhia adotou diversas medidas que reforçam o compromisso com a saúde dos seus colaboradores e a segurança das suas operações. Neste contexto, através da criação de um comitê de contingência multidisciplinar, novos procedimentos foram integrados à rotina da Companhia, tais como: a intensificação da higienização dos locais de trabalho; aumento do número de pontos de álcool em gel distribuídos pelos escritórios, fábricas e centros de distribuição, além de disponibilizar aos promotores e vendedores em campo; mudanças de layout do refeitório nas fábricas e adequação nos horários das refeições para evitar aglomerações no ambiente; controle de visitas externas, reuniões presenciais e eventos; foram otimizados os roteiros para atendimento aos clientes, e reforço no atendimento online; o trabalho remoto tem sido altamente estimulado; incentivo aos colaboradores para vacinação contra a Covid-19; além da divulgação constante nos canais de comunicação interna quanto as principais orientações para prevenção do contágio pelo coronavírus.

Os impactos na saúde da população mundial e o avanço da crise durante o exercício de 2021 contribuíram com a desaceleração da economia e conseqüentemente houve impactos importantes no Brasil. Na Companhia apresentou-se, de forma geral, redução no volume das vendas, aumento de custo e dificuldade para repasse de preços, principalmente na categoria de Food Service que foi diretamente afetada em virtude das medidas de isolamento que foram realizadas no país.

A expectativa a partir do avanço da vacinação é que a retomada seja intensificada, de forma que seja viabilizado o repasse de preços, estabilização dos custos e recuperação do volume de vendas, principalmente em Food Service que tem apresentado índices que superam o que era esperado pela Companhia. Adicionalmente, a administração tem tomado medidas para estimular as vendas em outros segmentos que estão operando normalmente desde o início da pandemia.

Desta forma, a administração tem acompanhado diariamente todos os KPI's e vem tomando medidas para que este momento de incertezas não afete o planejamento estratégico e financeiro para o futuro.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de sua controlada na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes. A empresa controlada é consolidada a partir da data em que o controle é obtido. As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.2 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para reais na data efetiva da transação. Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações financeiras são convertidos para reais pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. As variações cambiais positivas e negativas dos itens monetários é a diferença entre custo amortizado em moeda estrangeira convertidos à taxa de câmbio no final do exercício.

2.4 Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre a controladora e sua respectiva subsidiária. É reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

Em conformidade com a IFRS 15 (CPC 47) – Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconhece a receita quando o modelo dos 5 passos apresentado na referida norma são cumpridos. São eles:

- (i) Identificada a existência de um contrato com cliente (por escrito ou verbalmente);
- (ii) Identificada as obrigações de desempenho;
- (iii) Determinado o preço da transação;
- (iv) Alocação do preço da transação para cada obrigação de desempenho; e
- (v) Cumprimento das obrigações de desempenho.

Adicionalmente, a Companhia reconhece os passivos de restituição para as receitas reconhecidas em que são esperadas a restituição de parte da contraprestação recebida do cliente.

2.5 Estimativas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Lala e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

A Administração fez os seguintes julgamentos que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- i. Provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) – nota explicativa n° 5;
- ii. Análise da vida útil do imobilizado - nota explicativa n° 10;
- iii. Análise de redução ao valor recuperável dos ativos – nota explicativa n° 12.1;
- iv. Provisão para riscos - nota explicativa n° 18; e
- v. Avaliação dos instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo - nota explicativa n° 26

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com riscos insignificantes de mudança de valor. São contabilizados pelo seu valor de face, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado.

2.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal do negócio da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no ativo não circulante. A Companhia não possui saldos com prazo de vencimento maior de um ano atualmente.

2.8 Provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”)

Conforme abordado na IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, a Companhia registra uma provisão para perda de crédito esperada em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O objetivo é reconhecer as perdas de crédito esperadas para os instrumentos financeiros que apresentarem aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A Companhia avalia os riscos de crédito de acordo com comportamento dos diferentes segmentos de mercado com os quais possui relação comercial, indicando um percentual de risco de crédito para os valores a vencer e vencidos. Para os valores vencidos, a Companhia calcula o percentual de risco de crédito de acordo com o tempo instrumento financeiro encontra-se pendente.

A PCE foi constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

2.9 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, se aplicável, pelos custos diretos de mão-de-obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.

2.10 Investimento em controlada

Inicialmente o investimento em controlada da Companhia são reconhecidos pelo valor de custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo método de equivalência patrimonial na demonstração de resultados ou em outros resultados abrangentes até a data em que o controle na investida deixa de existir.

2.11 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável ("impairment").

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 10 de imobilizado.

2.12 Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, sendo estes submetidos ao teste anual de "impairment" para avaliação e validação da recuperabilidade dos mesmos.

Ágio - reconhecido em uma combinação de negócios e que representa benefícios econômicos futuros gerados por outros ativos adquiridos em uma combinação de negócios, que não são identificados individualmente e reconhecidos separadamente. Tais benefícios econômicos futuros podem advir da sinergia entre os ativos identificáveis adquiridos ou de ativos que, individualmente, não se qualificam para reconhecimento em separado nas demonstrações financeiras.

(i) Redução ao valor recuperável

Os itens do intangível com vida útil definida e outros ativos (circulantes e não circulantes), quando aplicável, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor contábil testada quando houver indicadores potenciais de perda no valor recuperável ou anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Ao fim de cada exercício, é feita revisão do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado e é revertida caso haja mudanças nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil como se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida diretamente no resultado.

2.13 Direito de uso e Arrendamento

Os arrendamentos da Companhia são reconhecidos conforme as orientações IFRS16/ CPC06 (R2) – Operações de arrendamento, de acordo com a norma a Companhia deve avaliar seus contratos de forma a identificar a existência do direito de uso. Para essa definição são utilizados os seguintes critérios:

- 1- Existência de um ativo identificado;
- 2- Direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos;
- 3- Período do contrato superior a 12 meses
- 4- Direito de controlar ou operar o ativo.
- 5- Expectativa de uso para todo o contrato

Os contratos que atenderem os critérios citados são reconhecidos o ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento por direito de uso. Para os contratos que não atendem estes critérios a Companhia faz o reconhecimento da contraprestação paga como despesa operacional no resultado.

a) Direito de uso

De acordo com o IFRS16/ CPC06 (R2) – Operações de arrendamento o ativo de direito de uso é reconhecido quando observado o direito de controle do ativo identificado, cujo benefícios e riscos provenientes a propriedade arrendada é transferida integralmente durante todo o período de uso fixado em contrato. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo valor presente do custo total do contrato de arrendamento, e subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual. Caso ocorram alterações na expectativa de permanência do contrato este deverá ser remensurado com base nas novas premissas estabelecidas. Adicionalmente, anualmente é realizada o teste para redução do valor recuperável de ativos.

b) Arrendamento

De acordo com o IFRS16 / CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento, a classificação de arrendamentos mercantis baseia-se na extensão em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de ativo arrendado permanecem no arrendador ou no arrendatário. Os riscos incluem as possibilidades de perdas devidas à capacidade ociosa ou obsolescência tecnológica e de variações no retorno em função de alterações nas condições econômicas. Os benefícios podem ser representados pela expectativa de operações lucrativas durante a vida econômica do ativo e de ganhos derivados de aumentos de valor ou de realização do valor residual. Ainda de acordo com a norma citada, um arrendamento deve ser classificado como financeiro se ele transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade. Se ele não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade deve ser classificado como arrendamento operacional.

2.14 Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

2.15 Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio. Se o prazo de pagamento é equivalente a um ano ou menos, os saldos de fornecedores são classificados no passivo circulante. Caso contrário, o montante correspondente é classificado no passivo não circulante. Quando aplicável, são acrescidos encargos, variações monetárias ou cambiais.

2.16 Impostos sobre o lucro

(i) Impostos correntes:

São registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

(ii) Impostos diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (impostos diferidos) são calculados sobre as reservas de reavaliação, compensação de ágio, diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto vigentes na data do balanço e que devem ser aplicadas quando os respectivos impostos diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias, despesas tributárias e créditos tributários possam ser usados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.17 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais.

2.18 Ativos e passivos contingentes

Nos termos do IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, passivo contingente é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia. Dessa forma, não é reconhecida nas demonstrações financeiras porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Ainda nos termos da referida norma, ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia. Estes ativos são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras. Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações financeiras no período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente.

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

2.20 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade.

Quando necessário, a demonstração financeira da controlada é ajustada para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Controladora. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e sua controlada são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.21 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante. A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido.

2.22 Resultado por ação

A Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: calculado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Diluído: calculado através da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

2.23 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;

- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (a Companhia não designou nenhum instrumento de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes):

- (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Especificamente:

- (i) Os investimentos em instrumentos patrimoniais são classificados ao valor justo por meio do resultado, a menos que a Companhia designe um investimento em instrumentos patrimoniais que não seja mantido para negociação nem seja uma contraprestação contingente decorrente de uma combinação de negócios ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes no reconhecimento inicial; e
- (ii) Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, os instrumentos da dívida que atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes podem ser designados ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (designada “descasamento contábil”) que surgiria da mensuração dos ativos e passivos ou do reconhecimento dos ganhos e perdas sobre esses ativos e passivos em bases diferentes.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de hedge designada.

Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado. Adicionalmente, na baixa de um investimento em um instrumento da dívida classificado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda acumulada anteriormente acumulada na reserva de reavaliação de investimentos é reclassificado para o resultado. Por outro lado, na baixa de um investimento em um instrumento patrimonial que a Companhia optou no reconhecimento inicial por mensurar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou perda acumulado anteriormente acumulado na reserva de reavaliação de investimentos não é reclassificado para o resultado, mas é transferido para lucros acumulados.

Passivos financeiros e patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidas pela Companhia, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- (i) For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; ou
- (ii) No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- (iii) For um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- (i) Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou
- (ii) O passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento do Grupo, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; ou
- (iii) O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a IFRS 9 (CPC 48) permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Quando a Companhia permuta com o credor existente um instrumento da dívida por outro com termos e condições substancialmente diferentes, essa permuta é contabilizada como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo financeiro. Igualmente, a Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. Os termos e as condições são considerados substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos e condições, incluindo eventuais honorários pagos líquidos dos honorários recebidos e descontados usando a taxa original efetiva, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa remanescente do passivo financeiro original. Se a modificação não for substancial, a diferença entre: (1) o valor contábil do passivo antes da modificação; e (2) o valor presente dos fluxos de caixa após a modificação deve ser reconhecido no resultado como ganho ou perda de modificação.

Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. O ganho ou a perda resultante é reconhecido no resultado imediatamente a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de hedge, em cujo caso a data de reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge.

O derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo financeiro enquanto o derivativo com valor justo negativo é reconhecido como passivo financeiro. Derivativos não são baixados nas demonstrações financeiras a menos que a Companhia tenha o direito legal e a intenção de baixá-los. O derivativo é apresentado como ativo não circulante ou passivo não circulante se o vencimento remanescente do instrumento for maior que 12 meses e não seja esperada sua realização ou liquidação em até 12 meses. Outros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante.

Hedge de valor justo

A variação no valor justo de instrumentos de hedge qualificáveis é reconhecida no resultado.

O valor contábil de um item objeto de hedge não mensurado ao valor justo é ajustado para a variação no valor justo atribuível ao risco objeto de hedge com uma correspondente contrapartida no resultado.

Quando o ganho ou a perda de hedge é reconhecido no resultado, ele é reconhecido na mesma rubrica que o item objeto de hedge.

A Companhia descontinua a contabilização de hedge apenas quando a relação de hedge (ou parte dela) deixa de atender os critérios de qualificação (após reequilíbrio, se aplicável). Isso inclui circunstâncias nas quais o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou exercido. A descontinuação é contabilizada prospectivamente. O ajuste ao valor justo do valor contábil do item objeto de hedge resultante do risco objeto de hedge é amortizado no resultado a partir daquela data.

Ganho ou perda de variação cambial

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros e instrumentos denominados em moeda estrangeira é determinado naquela moeda estrangeira e convertido com base na taxa à vista no final de cada período de relatório.

3 Novas normas e interpretações emitidas recentemente

3.1 International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2021.

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1-First-time Adoption of International Financial Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS	1º de janeiro de 2022, com aplicação prospectiva.
Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and	1º de janeiro de 2022, com aplicação prospectiva.
Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37	Estabelece alterações no IAS 37-Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma	1º de janeiro de 2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.
IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts	O IFRS 17 substitui o IFRS 4-Insurance Contracts e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas
Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 Presentation of Financial Statements estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras	1º de janeiro de 2023, com aplicação prospectiva para as emendas ao IAS 1.
Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de “mudança na estimativa contábil” deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo “estimativas	1º de janeiro de 2023, com aplicação prospectiva
Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction– Amendments to IAS 12	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 Income Taxes de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.

3.2 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2021, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC Nº 19	Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020 Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3 Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37 Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16	1º de janeiro de 2022
Pronunciamento Técnico CPC 50	IFRS 17 – Insurance Contract	1º de janeiro de 2023

A Companhia está monitorando os pronunciamentos das autoridades, bem como as medidas que vêm sendo adotadas avaliando potenciais impactos em suas demonstrações financeiras visando estar preparada para a transição. Desta forma, se antecipa às mudanças regulatórias e dos mercados financeiros para realização dos eventuais ajustes em contratos, processos e sistemas que venham a ser necessários. Até o momento da emissão deste relatório, não foram identificados impactos relevantes na demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Caixas e depósitos bancários à vista	140	722	1.175	1.179
Aplicações financeiras	204.355	498.742	204.300	498.919
	204.495	499.464	205.475	500.098

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB, realizados junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média cerca de 101,4% (102% em 2020) do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Valores a vencer	287.314	408.695	269.741	415.108
Vencidos:				
De 1 a 60 dias	13.561	11.825	13.842	11.880
De 61 a 90 dias	352	161	457	163
Acima de 120 dias	13.342	13.963	13.414	14.058
Total de vencidos	27.255	25.949	27.713	26.101
Perdas esperadas	(12.509)	(13.123)	(12.509)	(13.123)
Contas a receber total	302.060	421.521	284.945	428.086
Moeda Nacional	296.202	416.759	276.524	422.616
Moeda estrangeira	5.858	4.762	8.421	5.470

Movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	(13.123)	(14.992)	(13.123)	(14.992)
Adições	(8.256)	(3.620)	(8.256)	(3.625)
Reversões	8.291	3.011	8.291	3.011
Efeito no resultado das perdas esperadas	35	(609)	35	(614)
Perdas concretizadas	579	2.478	579	2.483
Saldo final	(12.509)	(13.123)	(12.509)	(13.123)

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Produtos acabados	29.276	19.063	112.416	76.155
Produtos em processo	-	-	148.704	106.210
Matéria prima e insumos	-	-	94.996	131.142
Almoxarifado	-	-	30.767	27.843
	29.276	19.063	386.883	341.350

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ICMS	25.853	30.308	253.931	203.936
IPÍ	383	348	696	755
PIS e COFINS	127.889	169.619	278.856	264.318
IRPJ e CSLL	27.849	15.228	28.889	15.624
Outros	15.334	2.599	25.669	6.204
	197.308	218.102	588.041	490.837
Ativo circulante	77.041	68.813	136.051	144.008
Ativo não circulante	120.267	149.289	451.990	346.829
	197.308	218.102	588.041	490.837

ICMS

O saldo de ICMS a recuperar advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados.

PIS e COFINS

A Lei nº 10.637, de 30.12.2002, e a Lei nº 10.833, de 29.12.2003, respectivamente, instituíram o regime da não-cumulatividade para fins de apuração do PIS e da COFINS, que consiste na apuração de tais contribuições devidas em cada período de apuração com a dedução dos créditos decorrentes das aquisições de insumos, embalagens, equipamentos industriais, e outros permitidos pela legislação em vigor.

Nesse contexto, a Companhia vem apurando créditos acumulados das referidas contribuições em função da tributação pela alíquota zero de algumas linhas de produtos como o leite, iogurtes, queijos e margarinas, conforme as disposições contidas na Lei nº 10.925 de 23.07.2004.

Referidos créditos acumulados estão sendo compensados com demais tributos federais devidos pela Companhia e o excedente sujeito a ressarcimento pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

IRPJ e CSLL

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras durante o exercício, além do saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado nos exercícios anteriores. A Companhia possui expectativa de utilização destes créditos em 2022.

8 Transações com partes relacionadas

Transações comerciais negociadas entre as empresas do grupo registradas como partes relacionadas ativas estão apresentadas a seguir:

	Moeda	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante						
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	BRL	31.03.2022	79.814	14.072	-	-
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	MXN	-	-	149	-	149
			79.814	14.221	-	149
Passivo circulante						
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	MXN	31.03.2022	(93)	-	(1.514)	(2.554)
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	BRL	31.03.2022	(99)	(133)	-	-
			(192)	(133)	(1.514)	(2.554)
			79.622	14.088	(1.514)	(2.405)

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

Transações comerciais entre partes relacionadas registradas no balanço patrimonial como clientes, fornecedores e outros os e passivos circulantes e não circulantes:

Saldos em 31 de dezembro de 2021	Controladora		
	Clientes	Outros ativos	Fornecedores
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	26.883	10.405	(2.865)
	26.883	10.405	(2.865)
Saldos em 31 de dezembro de 2020			
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	55.820	3.847	(300.239)
	55.820	3.847	(300.239)

Efeitos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado: receita e despesa financeira, receita de venda e prestação de serviços, compras de matérias primas, mercadorias para revenda e outros:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	Controladora		
	Compras de matérias primas, mercadorias e serviços	Juros passivos	Outras receitas (i)
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	(2.323.022)	-	42.587
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	(255)	-	-
	(2.323.277)	-	42.587
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020			
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	(2.190.333)	(66)	37.049
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	(248)	-	-
	(2.190.581)	(66)	37.049

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021	Consolidado Compras de matérias primas, mercadorias e serviços
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	(509)
	(509)

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Consolidado Compras de matérias primas, mercadorias e serviços
Lala Servicios y Procesos Globales, S.A. de C.V.	(468)
	(468)

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

- (i) Os montantes destacados na rubrica outras receitas, referem-se a; receita com arrendamento de direito de uso das instalações fabris que são de propriedade da Companhia Dan vigor Ind. Com. Lat. Ltda.

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração inclui a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores, por serviços nas respectivas áreas de competência, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 12.735 (7 membros) e em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 11.989 (10 membros).

Os responsáveis pelas diretorias Comercial, Marketing, Recursos Humanos, Administração e Controle, Finanças e RI, Supply Chain, Industrial, Planejamento Estratégico e das Unidades de Negócio, Food Service além do Presidente, são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

De acordo com o IAS 24 (alterações)/CPC 05 (R1) – Apresentação de Partes Relacionadas, com exceção aos descritos acima, os demais membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração não são partes de contrato de trabalho ou outros contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de trabalho que não estejam de acordo com os requeridos pela CLT, quando aplicável, ou remuneração com base em ações.

9 Investimento em controlada

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia detinha o controle integral da Dan Vigor. A seguir estão apresentadas informações consideradas relevantes desta controlada:

31 de dezembro 2021	%	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	100%	1.465.797	23.351	60.401	2.187.746	(141.332)

31 de dezembro 2020	%	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.	100%	1.572.525	23.351	201.733	2.212.520	(37.268)

A seguir a composição do investimento ocorrida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Movimentação Investimento	Dan Vigor	
	31.12.2021	31.12.2020
Participação societária	60.401	201.733
Resultado não realizado (i)	12.104	9.596
Agio	208.895	208.895
Marcas	51.530	51.530
Mais e menos valias de outros ativos e passivos	5.736	7.210
Total	338.666	478.964

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

(i) Eliminação referente ao arrendamento firmado entre Vigor e Dan vigor.

A seguir a movimentação e a composição da equivalência patrimonial ocorrida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	<u>Dan Vigor</u>
Saldo em 31.12.2019	515.328
Equivalencia patrimonial (i)	(36.364)
Saldo em 31.12.2020	478.964
Equivalencia patrimonial (i)	(140.298)
Saldo em 31.12.2021	338.666

(i) O resultado de equivalência patrimonial é composto por:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Resultado do Período	(141.332)	(37.268)
Resultado não realizado	2.508	3.599
Realização de mais e menos valias	(1.474)	(2.695)
Total	(140.298)	(36.364)

10 Imobilizado

Controladora	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			31.12.2021	31.12.2020
Imóveis	213.189	(128.832)	84.357	102.698
Terra nua e terrenos	178.866	-	178.866	178.866
Máquinas e equipamentos	436.482	(283.097)	153.385	187.056
Instalações	12.971	(12.388)	583	1.200
Equipamentos de informática	17.081	(12.221)	4.860	6.399
Veículos	697	(494)	203	280
Imobilizado em andamento	3.225	-	3.225	3.007
Outros	20.703	(10.146)	10.557	12.122
	883.214	(447.178)	436.036	491.628

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

	31.12.2020	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2021
Custo					
Imóveis	232.067	-	(18.878)	-	213.189
Terra nua e terrenos	178.866	-	-	-	178.866
Máquinas e equipamentos	444.608	490	(8.618)	2	436.482
Instalações	12.971	-	-	-	12.971
Equipamentos de informática	16.281	930	(130)	-	17.081
Veículos	704	22	(29)	-	697
Imobilizado em andamento	3.007	304	(18)	(68)	3.225
Outros	20.825	7	(127)	(2)	20.703
	909.329	1.753	(27.800)	(68)	883.214
Depreciação					
Imóveis	(129.369)	(6.631)	7.168	-	(128.832)
Máquinas e equipamentos	(257.552)	(31.086)	5.541	-	(283.097)
Instalações	(11.771)	(1.235)	618	-	(12.388)
Equipamentos de informática	(9.882)	(2.421)	82	-	(12.221)
Veículos	(424)	(81)	11	-	(494)
Outros	(8.703)	(1.484)	41	-	(10.146)
	(417.701)	(42.938)	13.461	-	(447.178)
Líquido	491.628	(41.185)	(14.339)	(68)	436.036

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			31.12.2021	31.12.2020
Imóveis	224.591	(133.754)	90.837	109.413
Terra nua e terrenos	178.865	-	178.865	178.865
Máquinas e equipamentos	584.742	(334.856)	249.886	282.235
Instalações	41.189	(17.247)	23.942	21.352
Equipamentos de informática	18.175	(12.934)	5.241	6.831
Veículos	797	(598)	199	276
Imobilizado em andamento	52.549	-	52.549	35.496
Outros	47.725	(14.706)	33.019	44.572
	1.148.633	(514.095)	634.538	679.040

	31.12.2020	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2021
Custo					
Imóveis	243.338	131	(18.899)	21	224.591
Terra nua e terrenos	178.865	-	-	-	178.865
Máquinas e equipamentos	579.180	11.992	(9.878)	3.448	584.742
Instalações	35.888	5.400	(70)	(29)	41.189
Equipamentos de informática	17.286	987	(132)	34	18.175
Veículos	804	22	(29)	-	797
Imobilizado em andamento	47.215	9.135	(39)	(3.762)	52.549
Outros	44.572	5.103	(2.168)	218	47.725
	1.147.148	32.770	(31.215)	(70)	1.148.633
Depreciação					
Imóveis	(133.925)	(6.998)	7.169	-	(133.754)
Máquinas e equipamentos	(296.945)	(43.219)	5.308	-	(334.856)
Instalações	(14.536)	(3.357)	646	-	(17.247)
Equipamentos de informática	(10.455)	(2.562)	83	-	(12.934)
Veículos	(528)	(81)	11	-	(598)
Outros	(11.719)	(3.033)	46	-	(14.706)
	(468.108)	(59.250)	13.263	-	(514.095)
Líquido	679.040	(26.480)	(17.952)	(70)	634.538

A média ponderada das taxas de depreciação dos ativos que compõe cada grupo são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Imóveis	1,67%	5,00%	1,67%	5,00%
Máquinas e equipamentos	3,33%	10,00%	3,33%	10,00%
Instalações	3,33%	10,00%	3,33%	10,00%
Equipamentos de informática	20,00%	33,33%	20,00%	33,33%
Veículos	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
Outros	3,33%	33,33%	3,33%	33,33%

11 Direitos de uso sobre ativos

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 72 contratos de arrendamento com prazo médio de 24 meses, e em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía 63 contratos com prazo médio de 20 meses de arrendamento de direito de uso registrados no ativo. A relação dos bens que estão arrendados é diversificada. Os principais são máquinas e equipamentos utilizados nas fábricas e centros de distribuição, os imóveis onde estão instalados os centros de distribuição e veículos que são utilizados por funcionários da área comercial e administrativa. A seguir está demonstrada a movimentação ocorrida durante o exercício:

	Controladora				
	31.12.2020	Adições	Remensuração	Depreciação	31.12.2021
Imóveis	22.173	1.356	15.619	(11.517)	27.631
Maquinas e equipamentos	7.817	-	(1.284)	(2.771)	3.762
Veiculos	9.676	-	507	(4.364)	5.819
	39.666	1.356	14.842	(18.652)	37.212

	Consolidado				
	31.12.2020	Adições	Remensuração	Depreciação	31.12.2021
Imóveis	6.072	1.356	16.973	(15.922)	8.479
Maquinas e equipamentos	68.938	9.368	18.297	(22.955)	73.648
Veiculos	20.374	27.913	(5.055)	(12.283)	30.949
	95.384	38.637	30.215	(51.160)	113.076

12 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ágio				
Laticínios Serrabella Ltda.	1.459	1.459	1.459	1.459
S/A Fabrica de Produtos Alimentícios Vigor	860.946	860.946	860.946	860.946
Laticínios MB Ltda.	13.304	13.304	13.304	13.304
Dan Vigor Ind. e Com. de Laticínios Ltda.	-	-	208.895	208.895
Vigor alimentos S.A.	2.118.587	2.118.587	2.118.587	2.118.587
(-) Redução ao valor recuperavel	(1.038.375)	-	(1.038.375)	-
	1.955.921	2.994.296	2.164.816	3.203.191
Marcas e patentes	623.467	638.753	674.997	690.283
Softw are	14.651	15.444	14.913	15.811
Relacionamento com cliente	34.262	36.952	44.694	48.255
	2.628.301	3.685.445	2.899.420	3.957.540

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

Controladora	31.12.2020	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	Redução ao	31.12.2021
						valor recuperável (12.1)	
Ágio	2.994.296	-	-	-	-	(1.038.375)	1.955.921
Marcas e patentes	638.753	-	-	-	-	(15.286)	623.467
Software	15.444	6.777	-	(7.638)	68	-	14.651
Relacionamento com cliente	36.952	-	-	(2.690)	-	-	34.262
	3.685.445	6.777	-	(10.328)	68	(1.053.661)	2.628.301

Consolidado	31.12.2020	Adições	Baixas	Amortizações	Transferências	Redução ao	31.12.2021
						valor recuperável (12.1)	
Ágio	3.203.191	-	-	-	-	(1.038.375)	2.164.816
Marcas e patentes	690.283	-	-	-	-	(15.286)	674.997
Software	15.811	6.779	(5)	(7.742)	70	-	14.913
Relacionamento com cliente	48.255	-	-	(3.561)	-	-	44.694
	3.957.540	6.779	(5)	(11.303)	70	(1.053.661)	2.899.420

Ágio

Em decorrência da lei 12.973/14 na proposta para alinhamento da legislação tributária com os critérios adotados pelo CPC15 - combinação de negócios, e, em conformidade com a interpretação ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, Entende-se como Ágio (goodwill) a diferença entre o custo de aquisição do investimento (montante dado em troca da participação comprada) e o valor justo (o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo na data de mensuração), calculados em conformidade com o expresso no CPC 46 mensuração do valor justo, no qual para determinação a companhia optou pela diligência do estudo Purchase Price Allocation (PPA), utilizando as seguintes premissas; (i) Expectativa de rentabilidade futura da controlada adquirida (ii) ativos líquidos identificáveis, incluindo passivo ou ativo diferido. Para efeitos de consolidação, os saldos apurados relativos ao ágio foram devidamente apresentados no subgrupo do Ativo Intangível pertencente ao ativo não circulante, haja vista que se refere à expectativa de rentabilidade. Já no balanço individual os saldos foram registrados pela entidade controladora no subgrupo de investimentos pertencente ao grupo ativo não circulante, uma vez que para entidade controladora estes saldos integram o custo de aquisição de investimento.

Laticínios Serrabella Ltda.

No ano de 2008, a controlada Vigor adquiriu 100% do capital do Laticínios Serrabella Ltda., tendo apurado um ágio no valor de R\$ 1.459, que por não ter vida útil definida não é amortizado, mas, todavia, a sua recuperação é testada anualmente.

S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor

Em janeiro de 2012, houve a cessão do investimento a valor contábil da JBS S.A., incluindo ágio, na S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor para capitalização na controlada Vigor. Tal cessão ocorre em função de uma transação sob controle comum, em que a JBS S.A. efetuou capitalização de R\$ 1.191.373 na Vigor, através de cessão a valor contábil de seu investimento (R\$ 330.427) e ágio (R\$ 860.946) na S.A. Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor.

Laticínios MB Ltda.

Em novembro de 2012, a Vigor adquiriu 100% da Laticínios MB Ltda., tendo apurado um ágio no valor de R\$ 13.304.

Dan Vigor Indústria e Comércio de Laticínios Ltda.

Em fevereiro de 2015, apurou um ágio de R\$ 208.895 referente a compra de 50% da Dan Vigor.

Vigor Alimentos S.A.

Em Julho de 2019 houve a incorporação reversa da Lala Brasil Holding Ltda. pela Vigor Alimentos S.A. incrementando ágio de R\$ 2.118.587. Este montante é parte do valor do intangível adicionado em função da combinação de negócios conforme apresentado no quadro acima.

12.1 Teste para verificação do valor recuperável (“Impairment”) de ativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados na produção e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam os mesmos. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital (WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 10 anos e, a partir de então, considerou-se a perpetuidade do fluxo tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de dez anos foi de 4,12% (3,94% em 2020) ao ano em valores nominais. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de 9,40% (9,24% em 2020), também em valores nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas de vendas:** As receitas foram projetadas entre 2022 e 2031, considerando os crescimentos de volumes e dinâmica de preços das diferentes categorias de produtos das Unidades Geradoras de Caixa.
- **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento previsto das receitas.
- **Investimentos de capital:** Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a manutenção da infraestrutura existente e as expectativas necessárias para viabilizar a oferta dos produtos.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, elaborado com base nas projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras, perspectivas de crescimento, plano de negócio, acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o registro para redução ao valor recuperável de ativos no montante de R\$ 1.053.661, o valor foi devidamente registrado no resultado do exercício e apresentado na rubrica “Redução ao valor recuperável de ativos” na demonstração do resultado do exercício. No Balanço Patrimonial, as rubricas impactadas foram:

	<u>31.12.2021</u>
Intangível	
- Ágio	1.038.375
- Marcas	<u>15.286</u>
	<u><u>1.053.661</u></u>

13 Fornecedores e fornecedores risco sacado

a) Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Mercado Interno				
Materiais, Insumos e serviços	24.274	6.397	324.613	346.413
Produtos acabados	2.865	324.255	750	25.748
	<u>27.139</u>	<u>330.652</u>	<u>325.363</u>	<u>372.161</u>
Mercado Externo				
Insumos	-	210	9.222	13.161
	<u>27.139</u>	<u>330.862</u>	<u>334.585</u>	<u>385.322</u>

Mercado Externo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Moeda estrangeira				
USD	-	210	7.978	12.348
EUR	-	-	1.244	813
	<u>-</u>	<u>210</u>	<u>9.222</u>	<u>13.161</u>

b) Fornecedores risco sacado

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Fornecedores risco sacado	16.522	18.025	260.608	337.716

Alguns fornecedores têm a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso. A negociação da taxa de desconto é realizada diretamente entre Banco e fornecedor, no momento da formalização de cada operação de cessão.

Cabe enfatizar que operacionalmente e comercialmente não houve alteração no processo, e que a referida transação de risco sacado não gera alteração nos preços praticados pelos fornecedores, mantendo-se a composição de preço praticado previamente à operação de risco sacado por esses mesmos fornecedores.

14 Empréstimos e financiamentos

Passivo circulante

Modalidade	Custo	Controladora		Consolidado	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Em moeda nacional					
Capital de Giro - Taxa Pré	7,24% (Sw ap 11,21% a.a.)	-	-	23.341	25.022
Capital de Giro - Taxa Pós	CDI + 1,65% a.a. (Sw ap 12,77% a.a.)	-	-	2.491	87.565
CPRF	CDI + 2,06% a.a. (Sw ap 13,07% a.a.)	-	-	1.949	103.228
Finame	3,10% a.a.	2.192	2.249	2.192	2.249
		2.192	2.249	29.973	218.064
Em moeda estrangeira					
Lei 4131 - EUR	0,61% a.a (Sw ap a CDI + 0,78% a.a)	-	281.241	-	281.241
Lei 4131 - USD	2,53% a.a. (sw ap 13,10% a.a.)	1.669	77.609	1.669	77.609
FINIMP	4,34% a.a.	-	-	-	1.776
		1.669	358.850	1.669	360.626
		3.861	361.099	31.642	578.690

Passivo não circulante

Modalidade	Custo financeiro	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Em moeda nacional						
Capital de Giro - Taxa pré	7,24% (Sw ap a CDI + 0,75% a.a)	19.06.2023	-	-	11.500	37.351
Capital de Giro - Taxa pós	CDI + 1,65% a.a.	05.04.2024	-	-	85.000	-
CPRF	CDI + 2,06% a.a.	23.06.2025	-	-	200.000	-
Finame	3,32% a.a.	15.07.2024	816	3.004	816	3.004
Total moeda nacional			816	3.004	297.316	40.355
Em moeda estrangeira						
Lei 4131 - USD	1,8353% a.a (Sw ap 12,08% a.a)		43.594	-	43.594	-
Lei 4131 - USD	2,67% a.a. (Sw ap a CDI +2,10% a.a.)	23.06.2026	215.983	-	215.983	-
Total moeda estrangeira			259.577	-	259.577	-
Total			260.393	3.004	556.893	40.355

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
O vencimento do exigível a longo prazo compõe-se:				
2022	-	2.188	-	27.089
2023	44.354	760	55.854	13.210
2024	56	56	85.056	56
2025	-	-	200.000	-
2026	215.983	-	215.983	-
	260.393	3.004	556.893	40.355

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	364.103	205.881	619.045	283.818
Captações	250.000	78.750	450.000	279.874
Amortizações de principal	(347.919)	(2.241)	(473.697)	(36.367)
Juros pagos	(4.249)	(2.402)	(31.019)	(7.375)
Despesas de juros e encargos	2.916	3.705	25.969	15.196
Variações cambiais	(597)	80.410	(1.763)	83.899
Saldo final	264.254	364.103	588.535	619.045

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos as seguintes cláusulas de vencimento antecipado (Covenants):

- 1) Obter e manter em vigor todas as autorizações e aprovações governamentais necessárias para que possa cumprir suas obrigações bem como preservar todas as ações necessárias para manutenção normal dos negócios.
- 2) Não tornar-se um "Facta- FFI" ou contribuinte americano.
- 3) Cumprir integralmente todas as leis ambientais e manter todas as licenças / permissões exigidas pelas leis Ambientais aplicáveis, não possuindo passivos ambientais relacionados ao imóvel beneficiado e estar em dia como as leis de segurança de trabalho e proteção à saúde.
- 4) Caso a Companhia ou seus fiadores tiverem títulos de sua responsabilidade ou coobrigação protestado ou sofrerem execução/arresto de bens, que possa comprometer a capacidade de pagamento, exceto se devidamente comprovado que foram cancelados, suspensos ou efetuados por erro.
- 5) Existência de decisão administrativa final sancionada por um órgão competente, em razão de prática de atos que importem em discriminação de raça ou gênero, bem como trabalho infantil, trabalho análogo ao de escravo, assédio moral, sexual ou proveito criminoso de prostituição.
- 6) Cumprir com todas as obrigações financeiras de origem tributária, trabalhista, ambiental e previdenciária.
- 7) Não incorrer em alteração da estrutura societária ou de capital social sem autorização, exceto nas situações previstas em contrato.
- 8) Não distribuir dividendos ou sobre capital próprio acima do mínimo estabelecido em lei ou do que estiver estabelecido em contrato.
- 9) Manter, preservar e salvaguardar seus bens e ativos de valores relevantes e manter seguro os ativos da Companhia da forma como estipulado em contrato.
- 10) Venda, transferência, cessão, locação ou qualquer forma de alienação de ativos, exceto na forma prevista em contrato ou sob previa autorização.
- 11) Não constituir garantias reais, ônus, gravames em favor de terceiros, exceto nos casos previstos em contrato.
- 12) Venda de bem dado em garantia (Finame).
- 13) Não descumprir normas e procedimentos do BNDES (Finame).

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

- 14) Falta de entrega de documentos relacionados a operação quando solicitados e não fornecidos dentro do prazo ou a prestação falsa de informações.
- 15) Inadimplemento financeiro relacionado ao contrato com o banco ou qualquer outro contrato com terceiros bem como não ter nenhuma imposição de vencimento antecipado de dívida.
- 16) Transferência de direitos e obrigações do contrato sem autorização.
- 17) Aplicar os recursos do empréstimo em finalidade estranha a definida em contrato.
- 18) Cumprir com as obrigações tributárias relacionadas a operação.
- 19) Não incorrer em obrigações financeiras que sejam estranhas aos negócios normais da Companhia.
- 20) Alteração de objeto social/atividade econômica principal.
- 21) Incorrer em falência, insolvência, recuperação judicial, regime de administração especial, extinção, liquidação, penhor de bens em garantia ou não reconstituição de garantias defasadas.
- 22) Questionamento judicial do contrato/declaração judicial de invalidade, ineficácia, nulidade ou inexecutabilidade de partes relevantes do contrato.
- 23) Não praticar atos contra as leis de corrupção, proteção de dados, terrorismo, sanções econômicas (OFAC) atos lesivos contra a administração pública ou receber denúncias nestes âmbitos.
- 24) Não ter processos judiciais contra Companhia executáveis ou cujo recurso não tenha sido impetrado no tempo estipulado e cujo impacto financeiro seja relevante.
- 25) Manter em dia toda documentação suporte da operação e autorizações necessárias a liquidação da operação e manter os dados da Companhia atualizados junto ao Credor.
- 26) Não sofrer uma mudança relevante no seu estado econômico-financeiro.
- 27) Não exercer nenhuma atividade relacionada a pesquisa ou projeto com o fim de obter Organismos Geneticamente Modificados – OGM.
- 28) Não entrar em qualquer transação com qualquer Afiliado que não seja normal aos negócios em termos justos e razoáveis, não menos favorável do que comparável com uma Pessoa que não seja uma Afiliada.
- 29) Não ter parte relevante da receita ou dos ativos da Companhia nacionalizada, desapropriada, compulsoriamente tomada ou bloqueada.
- 30) Não ter imposição por autoridade competente de restrição em relação a movimentação de recursos financeiros ou transferência de recursos em moeda estrangeira ou ainda declaração de moratória sobre uma dívida não paga.
- 31) Falta de acordo para substituição de índice componente do custo da operação quando este deixar de existir e não houver uma alternativa pré-estabelecida.
- 32) Não prestar informação falsa/incorreta e quando por engano for possível a correção, fazê-la em tempo hábil.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava em conformidade com todas as restrições contratuais.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

15 Debêntures

Modalidade	Custo	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Debêntures (principal)	CDI + 0,63% a.a	25/09/2023	152.000	190.000	152.000	190.000
Remuneração			4.278	1.291	4.278	1.291
(-) Custo para emissão			(579)	(909)	(579)	(909)
			155.699	190.382	155.699	190.382

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Passivo circulante	79.947	38.961	79.947	38.961
Passivo não circulante	75.752	151.421	75.752	151.421
	155.699	190.382	155.699	190.382

A seguir cronograma de amortização do saldo de longo prazo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
2022	-	75.669	-	75.669
2023	75.752	75.752	75.752	75.752
	75.752	151.421	75.752	151.421

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	190.382	191.473	190.382	191.473
Amortizações de principal	(38.000)	-	(38.000)	-
Juros pagos	(6.697)	(7.867)	(6.697)	(7.867)
Despesas de juros e encargos	10.014	6.776	10.014	6.776
Saldo final	155.699	190.382	155.699	190.382

Em 27 de setembro de 2019 a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas um total de 190.000 (cento e noventa milhões), sendo o valor unitário de R\$ 1,00 (um real). Os recursos captados foram destinados a liquidação de outra operação de empréstimo que venceu em 01 de outubro de 2019.

A operação está sujeita ao vencimento antecipado na ocorrência de um dos eventos abaixo descritos:

- 1) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou de sua controlada.
- 2) Incurrir em falência, insolvência, recuperação judicial, regime de administração especial, extinção, liquidação, penhor de bens em garantia ou não reconstrução de garantias defasadas.
- 3) Inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures.

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

- 4) Transformação do tipo societário da Companhia.
 - 5) Aplicação dos recursos líquidos oriundos da captação em destinação diversa da descrita na escritura de emissão.
 - 6) Declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas no mercado de capitais ou financeiros das quais a Companhia seja parte devedora ou garantidora acima do máximo acordado.
 - 7) Redução do capital social, exceto se para absorção de prejuízos ou se previamente autorizado por debenturistas.
 - 8) Distribuição de dividendos, incluindo juros de capital próprio ou a título de antecipação, acima do mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
 - 9) Cisão, fusão ou incorporação ou quaisquer reorganizações societárias envolvendo a Companhia e sua controlada, exceto a) entre controladas, controladoras e/ou coligadas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia; b) reorganização societária com a finalidade exclusiva de realizar operações de aquisição de sociedades; c) exclusivamente para os casos em que as referidas operações societárias sejam realizadas com o cumprimento comprovado do parágrafo 1º do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, e de outras regulamentações, quando aplicáveis.
 - 10) Mudança no controle acionário direto ou indireto, exceto se a alteração for realizada dentro do grupo econômico.
 - 11) Questionamento judicial iniciado pela Companhia sobre a validade ou exequibilidade da Escritura de Emissão.
 - 12) Protesto de títulos da Emissora igual ou superior ao valor acordado.
 - 13) Não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa oriunda de decisão judicial exequível, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou suas respectivas controladas acima do valor acordado.
 - 14) Descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura, não sanada (quando existir) dentro do prazo de cura previsto.
 - 15) Venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação de ativos pela emissora acima do percentual estabelecido na Escritura.
 - 16) Constituição, pela Emissora, a qualquer tempo, ainda sob condição suspensiva, de quaisquer garantias reais, ônus, gravames em favor de terceiros sobre quaisquer ativos, e/ou fidejussória em valor acima do estabelecido.
 - 17) Se for verificada a invalidade, ineficácia, nulidade ou inexecutabilidade de quaisquer disposições relevantes da Escritura de Emissão, bem como de seus aditamentos, por meio de decisão judicial cujos efeitos não tenham sido suspensos ou revertidos dentro do prazo previsto.
 - 18) Oferecimento de denúncia que trate sobre qualquer descumprimento, pela Emissora, das normas que lhe são aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e/ou atos lesivos contra a administração pública, nacionais ou estrangeiras, , incluindo a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e o Decreto nº 8.420/15.
 - 19) Se a Emissora incentivar, de qualquer forma, (i) a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil ou em condição análoga à de escravo, ou (ii) práticas de seus colaboradores que possam ser caracterizadas como assédio sexual pela legislação aplicável.
 - 20) Descumprimento, pela Emissora, das Leis Ambientais e Trabalhistas (conforme abaixo definido), incluindo mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, conforme aplicáveis à Emissora, exceto (a) por aquelas determinações questionadas nas esferas judiciais e/ou administrativas e cuja aplicabilidade e/ou exigibilidade estejam suspensas; e/ou (b) por aquelas que não causarem um Efeito Adverso Relevante (conforme abaixo definido).
-

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

- 21) Fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações estabelecidas na Escritura.
- 22) Manter seus bens e ativos estratégicos e/ou que individualmente representem mais do que 5% (cinco por cento) do valor do seu ativo total, com base nas últimas demonstrações financeiras divulgadas pela Emissora, devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora e do mercado.
- 23) Cumprir todas as normas vigentes do mercado de capitais em relação a operação de Debênture.

A Companhia está em conformidade com todas as restrições contratuais.

16 Arrendamentos a pagar

O passivo de arrendamento foi mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados usando conforme descrito a seguir. A Companhia analisou os prazos firmados em cada contrato e identificou que alguns envolvem bens que a expectativa de utilização vai além do período contratual. Para esses contratos existem cláusulas de renovações automáticas ou está condicionado ao desejo da própria Companhia para renovação. Dessa forma, os prazos considerados consistem na expectativa de continuidade do contrato.

As taxas de juros consideradas para todos os contratos são as taxas reais necessárias para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia na data de adoção da norma e são revisadas anualmente. Para identificar as taxas adotadas foram utilizados indicadores de mercado e indicadores internos. Em 31 de dezembro de 2021 as taxas utilizadas pela Companhia variam de 5,81% a.a. a 5,82% a.a. (em 31 de dezembro de 2020 variam de 3,52% a.a. a 5,82% a.a. atribuídas a cada contrato de acordo com o prazo contratual remanescente dos mesmos.

A seguir está apresentada a movimentação ocorrida durante o exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Saldo Inicial	41.374	20.168	102.142	90.453
Novos arrendamentos	1.356	29.517	38.636	46.830
Remensuração arrendamentos	14.842	5.773	30.215	2.781
Juros apropriados	1.832	2.128	5.293	5.978
Liquidações	(20.366)	(16.212)	(62.614)	(43.900)
Saldo Final	39.038	41.374	113.672	102.142
Passivo circulante	14.977	17.379	50.554	38.258
Passivo não circulante	24.061	23.995	63.118	63.884
Total	39.038	41.374	113.672	102.142

17 Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Salários e encargos sociais	7.997	14.831	17.226	23.417
Provisões para férias, 13º e encargos	14.426	14.859	25.368	25.809
Imposto de renda e contribuição social retido	1.838	1.215	2.552	1.820
ICMS a recolher	2.833	3.497	7.537	9.653
PIS e COFINS a recolher	4.148	3.584	4.894	4.273
Parcelamentos tributários (a)	72.733	101.709	72.733	101.709
Outros	89	306	207	784
	104.064	140.001	130.517	167.465
Passivo circulante	49.856	61.069	75.687	88.116
Passivo não circulante	54.208	78.932	54.830	79.349
	104.064	140.001	130.517	167.465

a) Parcelamentos tributários

1.) Parcelamento federal – Lei nº 11.941. de 27.05.2009

Em novembro de 2009, a Vigor aderiu ao parcelamento de débitos federais com a opção de liquidar os valores correspondentes a multas e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos na Dívida Ativa da União, com a utilização de créditos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL próprios.

A norma legal estabeleceu que até o mês anterior ao da consolidação do parcelamento, o contribuinte estaria obrigado ao pagamento, a cada mês, de prestação em valor não inferior a R\$ 100,00 (cem reais). Somente após a consolidação do parcelamento pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a empresa procedeu ao recolhimento das parcelas pelo valor correto, qual seja, o valor correspondente à divisão do montante do débito consolidado, computadas as prestações pagas, pelo número de prestações restantes.

A opção do parcelamento se deu em 180 (cento e oitenta) parcelas do saldo devedor acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC, em dezembro de 2020 a Companhia possuía o saldo remanescente de 46 (cinquenta e oito) parcelas, e em dezembro de 2021 a Companhia possuía o saldo remanescente de 34 (quarenta e seis) parcelas.

2.) Parcelamento federal – Lei nº 13.496, de 24.10.2017

Em outubro de 2017 a Vigor aderiu ao parcelamento de débitos no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil e inscritos em Dívida Ativa da União, por meio do PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), mediante o pagamento de 20% da dívida consolidada vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e o restante em 145 (cento e quarenta e cinco) parcelas com reduções de 80% dos juros de mora, 50% das multas de mora e de 100% dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios, em dezembro de 2020 a Companhia possuía o saldo remanescente de 109 (cento e vinte e um) parcelas, e em dezembro de 2021 a Companhia possuía o saldo remanescente de 97 (cento e nove) parcelas.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

3.) Parcelamento federal – Lei nº 13.606, de 09.01.2018

Em outubro de 2018 a Vigor aderiu ao PRR (Programa de Regularização Tributária Rural), que trata do parcelamento das contribuições de que tratam o artigo 25 da Lei nº 8.212, de 24.07.1991, e o artigo 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, mediante o pagamento do valor correspondente a, no mínimo, 2,5% do valor da dívida consolidada, em até 02 parcelas iguais e sucessivas, e pagamento do restante da dívida consolidada por meio de parcelamento em até 176 prestações mensais e sucessivas, vencíveis a partir do mês de janeiro de 2019, equivalentes a 0,3% (três décimos por cento) da média mensal da receita bruta proveniente da comercialização do ano civil imediatamente anterior ao do vencimento da parcela, com redução de 100% do valor correspondente às multas de mora e de ofício e de 100% (cem por cento) dos juros de mora, em dezembro de 2020 a Companhia possuía o saldo remanescente de 109 (cento e vinte e um) parcelas, e em dezembro de 2021 a Companhia possuía o saldo remanescente de 97 (cento e nove) parcelas.

Nos quadros a seguir temos a posição dos saldos dos parcelamentos tributários que a Companhia fez a adesão:

	Consolidado		
	Federais	SENAI	Total
31 dezembro 2020	101.337	372	101.709
Juros	1.833	9	1.842
Liquidações	(30.757)	(61)	(30.818)
31 dezembro 2021	72.413	320	72.733

Cronograma de pagamentos	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
2021	-	26.123
2022	22.911	23.935
2023	22.909	23.933
Até 2030	26.913	27.718
	72.733	101.709

	Controladora	
	31.12.2021	31.12.2020
Federais	72.413	101.337
SENAI	320	372
Total de parcelamentos tributários	72.733	101.709

A Companhia não possui saldos de parcelamentos tributários em sua controlada Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.

18 Ativo de indenização e provisões para riscos

A Vigor é parte envolvida em processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível em andamento, os quais envolvem riscos em caso de perda. responsabilidades contingentes. Os processos encontram-se em fase de defesa administrativa e/ou em trâmite na esfera judicial.

Em alguns processos faz-se necessário que a Companhia destine recursos financeiros a contas judiciais ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízos, para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de passivos que estão sendo discutidos judicialmente.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

Adicionalmente, a Companhia possui um ativo de indenização, onde considerando o Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre Grupo J&F e Grupo Lala para a compra das ações da Vigor, as Demandas de Terceiro contra a Vigor, estão sujeitas a indenização, nos termos da Cláusula 10, cujo fato gerador seja anterior à data do fechamento da operação, até o limite de R\$ 1.000.000.

Com base no posicionamento da Administração, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, a Administração da Companhia e de sua controlada mantém provisão para riscos em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis. A seguir estão apresentados o valores registrados, bem como a sua natureza:

	Controladora				Consolidado			
	Ativo de indenização		Provisão para riscos		Ativo de indenização		Provisão para riscos	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Riscos materializados								
Trabalhistas	14.611	19.252	(22.747)	(25.192)	17.479	22.080	(28.699)	(29.278)
Cíveis	6.322	6.281	(6.640)	(6.469)	6.490	6.424	(6.899)	(6.685)
Fiscais e Previdenciárias	293.885	189.445	(293.938)	(189.548)	293.937	189.497	(294.025)	(189.620)
Sub total	314.818	214.978	(323.325)	(221.209)	317.906	218.001	(329.623)	(225.583)
Risco não materializados								
Trabalhistas	60.408	151.621	(60.408)	(151.621)	60.408	151.621	(60.408)	(151.621)
Fiscais e Previdenciárias	24.446	141.633	(24.446)	(141.633)	24.446	141.633	(24.446)	(141.633)
Sub total	84.854	293.254	(84.854)	(293.254)	84.854	293.254	(84.854)	(293.254)
Total	399.672	508.232	(408.179)	(514.463)	402.760	511.255	(414.477)	(518.837)

Processos trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com base na avaliação de risco feita pela Administração apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisões no montante de R\$ 83.155 (R\$ 89.107 no consolidado) relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nas ações em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários. Do referido montante, a Companhia possui registrado como ativo de indenização os montantes de R\$ 75.019 (R\$ 77.887 no consolidado). As ações, em sua maioria, são movidas por ex-empregados e terceiros, e os principais pedidos dizem respeito à jornada de trabalho, pedidos de vínculo empregatício, horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade, bem como suposta ocorrência de acidentes de trabalho.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$ 86.091 (R\$ 120.945 no consolidado), No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$ 20.798 (R\$ 22.340 no consolidado).

Processos cíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na avaliação da Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, foi realizada provisões no montante de R\$ 6.640 (R\$ 6.899 no consolidado) e para o ativo de indenização foi registrado R\$ 6.469 (6.629 no consolidado). Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de indenização por rescisão de contratos de representação comercial e de prestação de serviços.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$ 234.229 (R\$ 406.294 no consolidado), no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$ 16.586 (R\$ 18.188 no consolidado). A seguir principal ação com probabilidade de perda possível:

- R\$ 369.197 - Ação Civil Pública ("ACP")/ MPERJ de responsabilidade JBS referente a restituição de valores decorrentes a benefícios incentivos tributários anos 2014 a 2019.

Processos fiscais e previdenciárias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na avaliação da Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, foi realizada provisões no montante de R\$ 318.384 (R\$ 318.471 consolidado) e para o ativo de indenização foi registrado R\$ 318.331 (R\$ 318.383 no consolidado).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível totalizavam R\$ 792.350 (R\$ 967.044 no consolidado), no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível totalizavam R\$ 404.586 (R\$ 523.510 no consolidado). As principais ações com probabilidade de perda possível são:

- (i) R\$ 63.456 – Discussão sobre débito de ICMS escriturado a menor.
- (ii) R\$ 21.503 – Processo judicial que discute a compensação de débitos de INSS com créditos de PIS e COFINS.
- (iii) R\$ 21.155 - Processo administrativo junto a Secretaria da Fazenda que discute créditos tomados.
- (iv) R\$ 20.956 – Processo que discute a desconsideração do Regime Especial Tributário previsto em Protocolo de Intenções firmado com o Governo de Minas Gerais.
- (v) R\$ 221.122 – Processo que discute a natureza do ágio amortizado dos anos calendários de 2014 e 2015 na apuração de IRPJ e de CSLL.
- (vi) R\$ 28.389 - Glosa de créditos relativos à entrada de mercadorias sujeitas à substituição tributária em operações internas e interestaduais, apropriados no período de 06/2016 a 05/2017.
- (vii) R\$ 37.397- Processo que discute a exigência de ICMS não recolhido no período de 05/2014 a 05/2017.
- (viii) R\$ 35.614 – Processo que discute créditos tributários supostamente devidos a título de PIS e COFINS relativo ao período de dezembro de 2013 a maio de 2014.

b) Composição do saldo de impostos sobre o lucro diferidos no balanço patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	189.048	153.211	291.180	201.137
Reserva de reavaliação	(26.334)	(28.243)	(26.334)	(28.243)
Ganho na aquisição de investimentos (Dan Vigor)	(43.842)	(43.842)	(43.842)	(43.842)
Agio e mais valia de investimentos	(522.982)	(346.988)	(527.449)	(352.016)
Outras diferenças temporárias ativas e passivas	150.911	18.699	160.956	27.111
Impairment	357.293	-	357.293	-
Total	104.094	(247.163)	211.804	(195.853)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativo	104.094	-	211.804	56.254
Passivo	-	(247.163)	-	(252.107)
	104.094	(247.163)	211.804	(195.853)

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

(i) quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e

(ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em controlada, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

(iii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimento em controlada, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Estão apresentados no balanço pela natureza do valor líquido de acordo com os saldos individuais (Controladora e subsidiária Dan Vigor).

Em função de outros elementos que são utilizados para compensação no cálculo dos impostos sobre o lucro, a expectativa da Administração é de iniciar a realização dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a partir do exercício de 2025. Considerando o montante atual, o período para realização seria de aproximadamente 11 anos, no entanto, este período estimado é incerto e está vinculado a diversos fatores que podem ou não estar sob controle da Administração.

20 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, o capital social da Companhia era R\$ 3.957.934 (três bilhões, novecentos e cinquenta e sete milhões, novecentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e um centavos), dividido em 355.851.002 (trezentas e cinquenta e cinco milhões, oitocentas e cinquenta e uma mil e duas) ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor.

A Companhia ainda está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 10.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto social, o Conselho de Administração fixará o número, o preço, o prazo de integralização e as demais condições da emissão de ações. A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços às empresas sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

b) Reserva de capital

Em decorrência da incorporação reversa da Lala Brasil foi constituída a reserva de capital que representa a diferença entre o patrimônio líquido da Companhia e da antiga acionista controladora no momento da conclusão da operação. A reserva foi inicialmente constituída pelo valor de R\$ 2.660.615 e posteriormente o montante de R\$ 2.450.000 foi destinado para aumento do capital social.

c) Reservas de lucros

Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A reserva legal foi absorvida pelo prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Lucro a realizar

Reserva constituída em função do ganho de participação detida com a compra dos 50% restante da empresa Dan Vigor no exercício de 2015.

Para expansão

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais.

A reserva para expansão foi absorvida pelo prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Incentivos Fiscais

Constituída por Incentivos Fiscais provenientes do ICMS concedidos e convalidados nos termos da Lei Complementar 160/17 e Convênio ICMS 190/17 caracterizados como subvenção de investimento.

O valor correspondente a Subvenção de Investimento em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais são retidos em conta apropriada do Patrimônio Líquido (Reserva de Incentivos Fiscais) após terem sido reconhecidas na demonstração do resultado do exercício para que não seja distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios ou acionistas sem serem oferecidos a tributação conforme regulamentado.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

Os Incentivos fiscais foram absorvidos pelo prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021

21 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em 31 de dezembro de			
	2021	2020	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE VENDAS				
Mercado interno	3.224.343	3.254.397	3.320.852	3.521.920
Mercado externo	6.680	6.551	9.117	7.975
	3.231.023	3.260.948	3.329.969	3.529.895
DEDUÇÕES DE VENDAS				
Devoluções e descontos	(324.092)	(380.324)	(328.808)	(381.306)
Impostos sobre as vendas	(305.944)	(284.737)	(326.617)	(325.182)
	(630.036)	(665.061)	(655.425)	(706.488)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.600.987	2.595.887	2.674.544	2.823.407

22 Resultado por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações do exercício, excluindo as ações mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Consolidado	
	2021	2020
Resultado atribuível aos acionistas - R\$	(862.403)	21.592
Média ponderada de ações do exercício - milhares	355.851	355.851
Resultado por lote de mil ações - Básico - R\$	(2,42)	0,06

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

23 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em 31 de Dezembro de			
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Rendas de aplicações financeiras	9.516	6.709	11.466	6.712
Outros juros	5.824	2.909	6.089	5.272
Descontos obtidos	58	137	742	882
Juros sobre créditos fiscais	1.666	2.183	1.951	2.338
	17.064	11.938	20.248	15.204
Despesas financeiras				
Juros com financiamentos, líquido (i)	(24.285)	(16.842)	(49.378)	(25.313)
Juros com arrendamentos	(1.832)	(2.209)	(5.293)	(6.014)
Juros com impostos	(4.194)	(3.153)	(4.290)	(3.172)
Outros juros	(2.726)	(1.399)	(3.357)	(2.151)
	(33.037)	(23.603)	(62.318)	(36.650)
Atualizações cambiais, líquidas				
Fornecedores receitas (despesas)	60	(66)	(1.145)	(280)
Cientes receitas (despesas)	847	593	992	787
	907	527	(153)	507
Resultado financeiro líquido	(15.066)	(11.138)	(42.223)	(20.939)

(i) Apresentados líquido das operações de swap.

24 Despesas por natureza

A Companhia apresenta a seguir o detalhamento da demonstração do resultado por natureza e função:

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em 31 de Dezembro de			
	2021	2020	2021	2020
Propaganda e publicidade	(63.450)	(67.734)	(71.020)	(68.086)
Perdas de créditos esperadas	579	(609)	575	(614)
Matéria prima, materiais de uso e consumo, serviços e fretes.	(2.261.432)	(2.156.214)	(2.323.489)	(2.273.557)
Despesas com depreciação (nota explicativa 10 e 11)	(60.864)	(53.246)	(109.516)	(93.970)
Despesas com amortização (nota explicativa 12)	(10.328)	(10.305)	(11.303)	(11.292)
Despesas com pessoal	(219.630)	(219.472)	(313.697)	(317.128)
Remuneração de capitais de terceiros	(2.352)	(3.064)	(11.531)	(9.182)
Outras Receitas (despesas), Liquidadas	11.854	14.156	(8.738)	(3.520)
Redução ao valor recuperável de ativos (nota explicativa 12.1)	(1.053.661)	-	(1.053.661)	-
	(3.659.284)	(2.496.488)	(3.902.380)	(2.777.349)

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	Exercícios findos em 31 de Dezembro de			
	2021	2020	2021	2020
Custo dos produtos vendidos	(2.283.941)	(2.173.097)	(2.218.156)	(2.151.493)
Despesas com vendas	(209.427)	(224.818)	(459.107)	(479.623)
Administrativas e gerais	(106.255)	(117.045)	(156.536)	(164.673)
Outras receitas e (despesas) operacionais	(1.059.661)	18.472	(1.068.581)	18.440
	(3.659.284)	(2.496.488)	(3.902.380)	(2.777.349)

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

25 Cobertura de seguros

No quadro abaixo está demonstrada a cobertura de seguros da Companhia em 31 de dezembro de 2021:

Modalidade	Tipo de Cobertura	Vigencia	Controladora	Consolidado
Automóveis	Incêndio, roubo e colisão	11/07/2022	TABELA FIPE	TABELA FIPE
Responsabilidade civil	Riscos contra terceiros e Administradores.	20/01/2023	60.400	60.400
Riscos operacionais	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, estoques e máquinas e equipamentos.	10/02/2024	431.960	431.960
Transporte Internacional de Mercadorias - Importação	Consideram-se segurados todos os bens e/ou mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, devidamente acondicionadas em embalagem apropriada a sua natureza e viagem.	31/08/2022	1.500	1.500
Cyber	Indenizar o Segurado e eventuais terceiros em prejuízos relacionados à Proteção de Dados e Riscos Cibernéticos	01/01/2023	27.150	27.150
			521.010	521.010

26 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As operações estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio, riscos de créditos, taxas de juros e risco de liquidez.

a) Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Nossas estratégias compreendem análises das demonstrações financeiras de nossos clientes e consultas a órgãos de monitoramento de crédito e risco. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

b) Riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros está atrelado diretamente ao risco de aumentos nas despesas relacionadas aos empréstimos e financiamentos ou da redução dos rendimentos atrelados às aplicações financeiras, considerando as flutuações de taxas de mercado. Este risco é monitorado através da estratégia de equalização das taxas contratadas à taxa CDI.

Exposição à taxa CDI:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativo				
Aplicações financeiras	204.355	498.742	204.300	498.919
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos	(215.983)	-	(512.483)	(87.565)
Debêntures	(155.699)	(190.382)	(155.699)	(190.382)
Parcelamentos Tributários	(72.733)	(101.709)	(72.733)	(101.709)
Exposição líquida	(240.060)	206.651	(536.615)	119.263

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2021, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável. A taxa de CDI foi retirada do site Banco Central.

Controladora	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
			Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
Aplicações financeiras	Aumento da taxa	-	4.675	9.349
Debêntures		-	(3.562)	(7.123)
Parcelamentos Tributarios		-	(1.664)	(3.328)
Total		-	(5.492)	(10.983)
Premissa	Taxa	9,15%	11,44%	13,73%

Consolidado	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
			Apreciação de 25%	Apreciação de 50%
Aplicações financeiras	Aumento da taxa	-	4.673	9.347
Empréstimos e Financiamentos		-	(11.723)	(23.446)
Debêntures		-	(3.562)	(7.123)
Parcelamentos Tributarios		-	(1.664)	(3.328)
Total		-	(12.276)	(24.550)
Premissa	Taxa	9,15%	11,44%	13,73%

c) Riscos de taxas de câmbio

O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos é clara ao não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descasamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

O risco é decorrente de variação cambial de contas a receber e a pagar em moedas estrangeiras decorrentes de exportações e importações, e outras obrigações eventuais, denominadas em moeda estrangeira em relação à moeda funcional da Companhia.

A seguir são apresentados os ativos e passivos, da Companhia, expostos a riscos de variação cambial em 31 de dezembro de 2021 e dezembro de 2020, bem como os efeitos dessas contas no resultado do exercício:

Controladora	31.12.2021		31.12.2020		Efeitos no resultado
	USD	TOTAL	USD	TOTAL	31.12.2021
Ativo					
Contas a receber	5.858	5.858	4.762	4.762	847
Subtotal	5.858	5.858	4.762	4.762	847
Passivo					
Fornecedores	-	-	(210)	(210)	60
Subtotal	-	-	(210)	(210)	60
Exposição líquida	5.858	5.858	4.552	4.552	907

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

Apesar da companhia ter operações de empréstimos sujeitas a variação cambial estas operações não apresentam riscos devido estarem cobertas com swaps.

Consolidado	31.12.2021			31.12.2020			Efeitos no resultado
	USD	EUR	TOTAL	USD	EUR	TOTAL	31.12.2021
Ativo							
Contas a receber	8.421	-	8.421	7.490	-	7.490	992
Subtotal	8.421	-	8.421	7.490	-	7.490	992
Passivo							
Fornecedores	(7.978)	(1.244)	(9.222)	(12.348)	(813)	(13.161)	(1.145)
Subtotal	(7.978)	(1.244)	(9.222)	(12.348)	(813)	(13.161)	(1.145)
Exposição líquida	443	(1.244)	(801)	(4.858)	(813)	(5.671)	(153)

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2021, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações financeiras, representam um cenário provável e os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições e os respectivos derivativos:

Controladora	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) Apreciação de 25%	Cenário (III) Apreciação de 50%
Operacional	Aumento PTAX	-	1.465	2.929
Premissa	USD	5,580	6,975	8,370

Consolidado	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) Apreciação de 25%	Cenário (III) Apreciação de 50%
Operacional	Aumento PTAX	-	111	222
Premissa	USD	5,580	6,975	8,370

	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II) Apreciação de 25%	Cenário (III) Apreciação de 50%
Operacional	Aumento PTAX	-	(311)	(622)
Premissa	EUR	6,319	7,898	9,478

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

Derivativos

Instrumento protegido	Nocional (USD)	Nocional (R\$)	Custo financeiro	Vencimento	Designação	Ativo CP	Ativo LP	Passivo CP	Passivo LP	Total
Empréstimos e financiamentos	-	36.000.000	Ativa: 7,24% a.a. / Passiva: CDI + 0,75% a.a.	19/06/2023	Sw ap de taxa Pré para CDI+	-	-	(1.047)	(500)	(1.547)
Empréstimos e financiamentos	-	36.000.000	Ativa: CDI + 0,75% a.a. / Passiva: 11,2050% a.a.	30.12.2022	Sw ap de taxa CDI para Pré	271	-	-	-	271
Empréstimos e financiamentos	-	85.000.000	Ativa: CDI + 1,65% a.a. / Passiva: 12,77% a.a.	30.12.2022	Sw ap de taxa CDI para Pré	623	-	(442)	-	181
Empréstimos e financiamentos	-	152.000.000	Ativa: CDI + 0,63% a.a. / Passiva: 11,26% a.a.	30.12.2022	Sw ap de taxa CDI para Pré	1.033	-	(689)	-	343
Empréstimos e financiamentos	-	200.000.000	Ativa: CDI + 2,06% a.a. / Passiva: 13,0650% a.a.	30.12.2022	Sw ap de taxa CDI para Pré	1.441	-	(38)	-	1.402
Empréstimos e financiamentos	-	206.000.000	Ativa: CDI + 2,10% a.a. / Passiva: 13,32% a.a.	30.12.2022	Sw ap de VC e taxa de juros para CDI/Reais	1.435	-	-	-	1.435
Empréstimos e financiamentos	7.773.852	44.000.000	Ativa: 1,8353% a.a. / Passiva: 12,08 a.a.	20.01.2023	Sw ap de VC e taxa de juros para CDI/Reais	-	15	(727)	(421)	(1.132)
Empréstimos e financiamentos	40.000.000	206.000.000	Ativa: 2,6650% a.a. / Passiva: CDI + 2,10 a.a.	23.06.2026	Sw ap de VC e taxa de juros para CDI/Reais	-	17.220	(518)	(7.237)	9.466
						4.802	17.235	(3.461)	(8.157)	10.419

d) Riscos de crédito

A Companhia está potencialmente sujeita a riscos de créditos relacionados com as contas a receber, aplicações financeiras e contratos de proteção. No caso de contas a receber, as estratégias de redução do risco de crédito baseiam-se na pulverização da carteira, não possuindo clientes ou grupo empresarial que representem mais de 10% do faturamento consolidado, concessão de crédito relacionada com índices financeiros e operacionais saudáveis, limites de créditos, análise detalhada da idoneidade financeira dos clientes através do CNPJ próprio, empresas coligadas e CPF dos sócios, e através de consultas à órgãos de informações e monitoramento constante de clientes.

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por cliente e por mercado, através de sua área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes. Desta forma, busca-se reduzir a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas em caso de inadimplência ou implementação de barreiras sanitárias e/ou comerciais em países para os quais exporta. O risco por mercado de exposição é monitorado pelo Comitê de Crédito que se reúne periodicamente com as áreas comerciais para análise e controle da carteira.

Os parâmetros utilizados são baseados nos fluxos diários de informações de monitoramento de operações que identificam acréscimo de volumes de compras no mercado, eventuais inadimplências, cheques sem fundos, e protestos ou ações movidas contra os clientes. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito e configuração de status conferidos individualmente a cada cliente e trava automática de faturamento em caso de inadimplência, limite excedido ou ocorrência de informação restritiva.

A Diretoria de Administração e Controle acompanha as operações que têm como contrapartida instituições financeiras (aplicações e contratos de proteção), monitorando limites de exposição definidos pelo Comitê de Gestão de Riscos baseados em classificações de risco (ratings) de agências internacionais especializadas.

Vigor Alimentos S.A.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2021 aplicações financeiras com saldos superiores a R\$ 10.000 com as seguintes instituições financeiras: Banco Original S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Safra, Banco Santander, Bank of China e Banco do Brasil. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	204.495	499.464	205.475	500.098
Contas a receber de clientes	302.060	421.521	284.945	428.086
Instrumentos financeiros derivativos	19.703	81.419	22.037	83.922
Partes relacionadas	79.814	14.221	-	149
	606.072	1.016.625	512.457	1.012.255

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia encontrará dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos sócios, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

A administração da liquidez da Companhia e de sua controlada é feita levando em consideração principalmente o indicador de liquidez imediata modificado, representado pelo nível de disponibilidades e investimentos divididos pela dívida de curto prazo.

Com base na análise desses indicadores, define a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e de sua controlada em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem esperados.

Os índices de liquidez (consolidado) estão demonstrados abaixo:

	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	205.475	500.098
Empréstimos e Financiamentos	(31.642)	(578.690)
Debêntures	(79.947)	(38.961)
Derivativos ativos	4.802	82.571
Derivativos passivos	(3.461)	(2.571)
Arrendamento	(50.554)	(38.258)
Total de instrumentos de dívida no curto prazo	(160.802)	(575.909)
Indicador de liquidez modificado	1,28	0,87

f) Valores justos estimados

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações financeiras pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

g) Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme quadros abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos - CP	2.468	81.419	4.802	82.571
Instrumentos financeiros derivativos - LP	17.235	-	17.235	1.351
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	204.495	499.464	205.475	500.098
Contas a receber de clientes	302.060	421.521	284.945	428.086
Partes relacionadas	79.814	14.221	-	149
Ativos mensurados pelo custo amortizado	586.369	935.206	490.420	928.333
Total de ativos financeiros	606.072	1.016.625	512.457	1.012.255
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	(1.934)	(2.265)	(3.461)	(2.571)
Custo amortizado				
Fornecedores	(29.383)	(330.862)	(386.986)	(385.322)
Fornecedores risco sacado	(14.278)	(18.025)	(208.207)	(337.716)
Empréstimos e financiamentos	(264.254)	(364.103)	(588.535)	(619.045)
Debentures	(155.699)	(190.382)	(155.699)	(190.382)
Parcelamentos tributários	(72.733)	(101.709)	(72.733)	(101.709)
Partes relacionadas	(192)	(133)	(1.514)	(2.554)
Passivos mensurados pelo custo amortizado	(536.539)	(1.005.214)	(1.413.674)	(1.636.728)
Total de passivos financeiros	(538.473)	(1.007.479)	(1.417.135)	(1.639.299)

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias.

h) Valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com o IFRS 7/ CPC 40, a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo.

Notas explicativas as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía instrumentos financeiros avaliados conforme o nível 2. A seguir quadro apresentando os montantes:

	Controladora					
	Ativos				Passivos	
	Aplicações financeiras		Derivativos a receber		Derivativos a pagar	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2021
Nível 1	-	-	-	-	-	-
Nível 2	204.355	498.742	19.703	81.419	(9.591)	(2.265)
Nível 3	-	-	-	-	-	-
	204.355	498.742	19.703	81.419	(9.591)	(2.265)

	Consolidado					
	Ativos				Passivos	
	Aplicações financeiras		Derivativos a receber		Derivativos a pagar	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2021
Nível 1	-	-	-	-	-	-
Nível 2	204.300	498.919	22.037	83.922	(11.619)	(2.571)
Nível 3	-	-	-	-	-	-
	204.300	498.919	22.037	83.922	(11.619)	(2.571)

Hierarquia de valor justo - Nível 2	Ativos				Passivos	
	Aplicações financeiras		Derivativos a receber		Derivativos a pagar	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2021
Controladora	204.355	498.742	19.703	81.419	(9.591)	(2.265)
Consolidado	204.300	498.919	22.037	83.922	(11.619)	(2.571)

Valor justo versus valor contábil

Na opinião da Administração os ativos e passivos financeiros não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos.

27 Informações suplementares a demonstração dos fluxos de caixa

Transações não caixa

A seguir estão apresentadas as transações não caixa das atividades de investimento e financiamento da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Atividades de investimentos				
Adições de imobilizado (i)	137	(400)	3.401	(7.424)
Adições de intangível (i)	558	1.282	557	1.311
Total não caixa das atividades de investimento	695	882	3.958	(6.113)
Atividades de financiamento				
Adições de Arrendamento por direito de uso	16.198	29.516	68.852	46.776
Captações de empréstimos financiamentos (ii)	-	-	-	(16.124)
Total não caixa das atividades de financiamento	16.198	29.516	68.852	30.652

- (i) Efeito líquido entre as adições ao imobilizado e intangível da Companhia em exercícios anteriores, mas que o fluxo de caixa ocorreu no exercício corrente e as adições que não houve utilização de recursos monetários ou que a utilização dos recursos ocorrerá em datas posteriores ao fechamento destas demonstrações financeiras;
- (ii) Captação de empréstimos para liquidação de fornecedores de matérias primas ou insumos realizado. A liquidação foi realizada diretamente pelas instituições financeiras, não havendo impacto nos fluxos de caixa da Companhia. Dessa forma houve a negociação de novos prazos e condições com as instituições financeiras envolvidas.

28 Eventos subsequentes

Captação de empréstimo

Em 30 de março de 2022 a companhia realizou a captação de empréstimo no montante de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais) com vencimento em 28 de março de 2024 e liquidação de juros anual firmado a taxa de CDI + 2,07% junto a instituição financeira banco Itau S.A.. Esta operação tem por objetivo o refinanciamento de outros empréstimos vincendos no curto prazo.

DIRETORIA EXECUTIVA

Luis Henrique Gennari
Presidente

Emerson Paiva Inacio
Diretor de Finanças, RI e Administração e Controle

Filipe Santos Castro
Contador – CRC: SP 321.716/O
